



A cultura do capitalismo e as migrações internacionais contemporâneas

Allisson Goes¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo principal refletir sobre a relação entre a cultura do capitalismo atual e os fluxos migratórios internacionais contemporâneos. Estes últimos tornaram-se um ícone da era global, uma era dos descentramentos, da fluidez e de tempos fraturados. Seguir em frente é o grande imperativo de nossos tempos, mas quais são as respostas que a cultura do capitalismo, enquanto conjunto de valores e práticas de determinada sociedade, dá ao número crescente de migrantes e refugiados ao redor do mundo? De um lado, a homogeneização das culturas; de outro, uma valorização destas últimas, levando a guetização espacial e cultural. Como alternativa, a interculturalidade pode ser uma chave teórica para compreender a produção da diversidade cultural produzida pela migração mas também como práxis cotidiana na relação entre os atores e grupos sociais envolvidos no processo migratório.

Palavras-Chave: Capitalismo, cultura, migrações internacionais, interculturalidade.

Recebido em 22/03/2018
Aceito para publicação em 12/07/2018

DOI: <https://doi.org/10.25067/s.v22i1.19311>

Introdução

Pensar a cultura como um conjunto de valores e práticas de determinada sociedade é um dos diversos modos de conceituá-la. Vive-se numa sociedade capitalista que impõe arranjos sociais que derivam de suas bases de valores e práticas e que apresenta muitas implicações para os que dela fazem. A liberdade tão anunciada parece não ter chegado e a “jaula de ferro” de que falou Weber continua a nos aprisionar. Isso também respinga na compreensão dos diversos

¹ Doutorando e Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe (PPGS/UFS). Pesquisador no Grupo de Estudos e Pesquisa Processos Identitários e Poder (GEPIP/CNPq/UFS). E-mail para contato: allissongoes@gmail.com.

fenômenos sociais por parte das ciências sociais, tais como os fluxos migratórios internacionais contemporâneos. Essa é uma cultura que permite que capitais, bens e mensagens transitem pelo globo com muito mais velocidade do que pessoas e sonhos. As barreiras físicas e simbólicas continuam de pé, principalmente para os despossuídos de recursos financeiros e que, em tese, não têm nada a oferecer àqueles que os receberão, o que não acontece com turistas, executivos e investidores, que têm suas entradas e permanências garantidas. Inclusive, para os últimos, em alguns casos é possível comprar passaporte e cidadania mediante determinados tipos de investimentos.

Este ensaio tem como objetivo fazer uma reflexão sobre a relação entre a cultura do capitalismo contemporâneo e os atuais fluxos migratórios internacionais que se tornaram um ícone da era global, era dos descentramentos, da fluidez e de tempos fraturados. Além disso, o texto pretende apresentar as contradições da cultura do capitalismo contemporâneo e suas respostas à crescente mobilidade de pessoas, que também servem como mão de obra maximizadora de lucros e funcionam como bode expiatório de políticas econômicas e sociais fracassadas em muitos países. Também tem como objetivo apresentar, de maneira breve, possibilidades que estão além da homogeneização e da valorização cultural das diferenças, as quais abrem muito mais fissuras do que auxiliam no enfrentamento conjunto das questões migratórias.

O trabalho está dividido em quatro partes. A primeira parte reflete sobre os valores e práticas que baseiam o capitalismo contemporâneo, destacando as novas “jaulas de ferro” criadas a partir de novas práticas sociais, mas que são parte integrante do mundo moderno, descentrado, fluído, flexível. Em seguida discute-se a migração como ícone da era global, em que “seguir em frente” tornou-se o imperativo atual. Na terceira parte, aborda-se com mais detalhes os fluxos migratórios contemporâneos, fazendo algumas distinções daqueles que ocorreram no século XIX e nas primeiras décadas do século XX, incluindo a mudança de paradigma no que se refere à compreensão do processo migratório. Se antes o trabalho era fonte de explicação única, inclusive no Brasil, hoje as abordagens do tema têm sido cada vez mais transversais e interseccionais. Por fim, apontam-se algumas alternativas à cultura capitalista homogeneizadora, que valoriza as diferenças promovendo segregação e enclausuramentos. Nesse sentido, a interculturalidade enquanto teoria e *práxis* social pode ser uma alternativa viável na compreensão, na gestão e na vivência dos fluxos migratórios contemporâneos.

Algumas reflexões sobre a cultura do capitalismo contemporâneo

O conceito de cultura nas ciências sociais é bastante diverso: depende do olhar que o pesquisador empreende e muitas vezes do objeto a ser estudado. Uma referência a esse ponto está na obra escrita por Cuche (1997), que leva a se refletir a origem, o desenvolvimento e as vertentes atuais do conceito de cultura. Não pretende-se fazer aqui uma síntese exaustiva do conceito de cultura, tampouco uma genealogia para abordar o seu desenvolvimento. Por hora, dispõe-se apenas a fazer referência à existência de várias perspectivas do que se entende por cultura. Assim, como ponto de partida, faz-se menção da abordagem de Sennet, que se refere à cultura no sentido antropológico: um conjunto de valores e práticas de determinada sociedade que mantém as pessoas unidas, mesmo que elas não se conheçam (SENNET, 2006, p. 13). É necessário destacar que a cultura é cambiante, que sua “estabilidade” depende dos atores sociais e do contexto em que esses atores estão inseridos. Afinal, eles produzem cultura e também são concebidos a partir dela.

O contexto atual priorizado aqui é o que Sennet (2006) chama de “novo capitalismo”, um sistema no qual as instituições se fragmentam e que essas em muitos casos não oferecem a estabilidade, a coesão comunitária, nem segurança econômica e social para os indivíduos. Ao contrário, em várias partes do globo esse novo capitalismo promoveu o esfacelamento das burocracias estatais, dando origem a instituições mais descentralizadas, cujo efeito resulta em mais desigualdades econômicas e instabilidades sociais (SENNET, 2006, p. 12). Nota-se que esse novo contexto produz uma série de modificações culturais dentro de setores sociais e econômicos específicos, alguns deles analisados por Sennet, como a burocracia, o talento e a capacidade de manter-se útil e a política de consumo. Sem entrar nos detalhes das três áreas analisadas pelo autor, quer-se sintetizar numa única afirmação: a cultura do novo capitalismo é de necessária fluidez, movimentações ininterruptas e fragmentações constantes que implicam em mudanças sociais e individuais patentes, mas que precisam ser compreendidas (BAUMAM, 2013).

Os defensores da cultura do novo capitalismo e, conseqüentemente, do sistema que o compõe afirmam que seu *modus operandi* traz mais liberdade para a sociedade moderna, a fluidez necessária para, acrescentando-se, o desenvolvimento econômico e social que devem ser equilibrados e equalizados. Nesse sentido, uma pergunta seria bastante pertinente para o debate: essas mudanças culturais do capitalismo libertam as pessoas? Poderiam-se fazer vários outros questionamentos, entretanto, em se tratando de questionar essa

“nova ordem” social, não pretende-se assumir posições maniqueístas, mas apenas demonstrar que o prometido não tem sido cumprido pelos seus entusiastas. Como exemplo, veja-se o que diz Sennet em relação à burocracia:

A velha estrutura institucional efetivamente foi desmontada no terreno especial das organizações flexíveis. Em seu lugar, entra numa nova geografia do poder, passando o centro a controlar a periferia do poder em instituições com número cada vez menor de camadas intermediárias de burocracia. Esta nova forma de poder evita a autoridade institucional e tem um baixo nível de capital social. Os déficits de lealdade, confiança informal e conhecimento institucional acumulado geram organizações de ponta. Para os indivíduos, embora continue sendo importante poder trabalhar, o prestígio moral do trabalho propriamente dito foi transformado; o trabalho nos setores de ponta desorienta dois elementos-chave da ética do trabalho, a gratificação postergada e o pensamento estratégico de longo prazo (SENNET, 2006, p. 76).

Em suma, a flexibilidade gerou novas formas de controle, um controle que surgiu a partir da eliminação de camadas intermediárias, ou seja, se antes o controle era reforçado por uma burocracia engessada, hoje é feito por uma estrutura que sustenta o poder do centro sobre a periferia das instituições, sem ter clara uma autoridade institucional. Bem próximo a nós está um exemplo que mascara uma cultura capitalista radical, recebendo o nome de capitalismo colaborativo. É o caso dos aplicativos de transporte, cujo funcionamento promete liberdade e flexibilidade aos seus trabalhadores, mas, na prática, incorrem em mais “jaulas de ferro” quando impõem longas jornadas de conexão e vários protocolos para se manter conectado e, desse modo, obter algum rendimento financeiro. Tudo isso sem ter a figura institucionalizada na autoridade do patrão, já que “você mesmo é o patrão”. Esse é só um dos muitos exemplos que podem ser citados para contestar-se a máxima da liberdade na cultura do novo capitalismo.

Quando tudo se torna fluido, volátil, descentrado e cambiante, os empregos, o consumo e as comunicações cruzam fronteiras, a monetarização é um imperativo e quase nada fica de fora da mercadorização. Até a cidadania está ao lado do direito ao consumo, colocando nessa centralidade a garantia do consumo como fonte de cidadania (CANCLINI, 2006). O que parece ser ampliação de oportunidades é mais uma das muitas “jaulas de ferro” que essa

cultura nos impõe; a jaula do consumo que altera antigas referências e incrementa novas, as quais estão no circuito da globalização, da cidade e do espaço urbano, e menos do Estado-nação (idem). Os meios de comunicação nos colocam diante de um quadro inesgotável dessas referências: antes a TV e o cinema como seus principais representantes hoje com a rede mundial de computadores, a internet, desempenhando um protagonismo nesse processo.

Diante da fluidez econômica, social e identitária, Sennet (2006) aponta três desafios para o indivíduo da sociedade contemporânea: o tempo, o talento e, por último, a capacidade de abrir mão das coisas ou de permitir que o passado fique para trás. Sublinha-se que se trata de tipos ideais, pois, diante da diversidade dos seres humanos, não seria sensato admitir que todos alcançaríamos tais metas, muito embora a cultura capitalista em voga insista em sua face “homogeneizadora”. O primeiro desafio é administrar as relações de curto prazo, mais imediatas, como também migrar constantemente de casa, de emprego, de país, já que o formato das instituições atuais não permite relações de longo prazo. O segundo desafio está ligado ao desenvolvimento constante de novas capacidades à medida que as exigências laborais e produtivas, alteradas quase constantemente, e a aceleração das mudanças tecnológicas se impõem na cultura do novo capitalismo. Consecutivamente, esse turbilhão altera o modo como nos relacionamos, o que inclui sérias consequências patológicas (físicas e mentais). Por fim, o último desafio é trocar a estabilidade pela “fome” de inovação, de crescimento e mudança das carreiras laborais, de experimentar o novo, em vez de sentir nostalgia pelos tempos da perenidade laboral (SENNET, 2006, p. 13-14).

Como já se apontou anteriormente, esses são alguns dos exemplos de valores e práticas culturais que podem ser observados na cultura do novo capitalismo, incluindo as abordagens mais específicas feitas por Sennet ao expor as questões das modificações no mundo do trabalho. Contudo, esse movimento em torno de uma cultura moderna (TOURAINÉ, 2007; 2012), também chamada de líquido-moderna (BAUMAN, 2001), de hipermoderna (LIPOVETSKY; CHARLES, 2004) ou de modernidade tardia (GIDDENS, 1991), está diretamente ligado ao tipo de sociedade e sistema em que vivemos –capitalistas – e que gera implicações diretas nos modos de vida, nas sociabilidades, identidades e alteridades. Nessa direção, um dos fenômenos que se quer priorizar nesse *paper* é a relação entre a cultura do capitalismo e as migrações internacionais como representantes dessa era de incertezas e de tempos fraturados (HOBSBAWM, 2013).

“Siga em frente!”: a migração como ícone da era global

O imperativo contido no título acima sintetiza a resposta da cultura capitalista contemporânea às necessidades que homens e mulheres de diversas partes do mundo têm e que precisam ser satisfeitas. Além disso, o capitalismo necessita de trabalhadores muitas vezes sub-remunerados em empregos precarizados ou ainda em contratos de *part-time* que obrigando estes últimos a contraírem mais de uma colocação no mercado de trabalho para suprirem suas necessidades materiais, como demonstrou Vasapollo (2005). Este autor abordou as modificações do mundo do trabalho na Itália e em outros países de sistema capitalista avançado, relacionando precarização do mundo do trabalho e capitalismo.

A migração surge como uma oportunidade de maximização do lucro quando projeta-se a inserção dos migrantes nesses esquemas de trabalho precarizado. Ora, sai-se de uma condição de pauperização, de perseguições política, religiosa e étnica, de guerras e de catástrofes ambientais em direção a novas formas de exploração que continuam a reproduzir desigualdades e situações de vulnerabilidade.

Faz-se necessário distinguir aqui os migrantes dos turistas e dos trabalhadores executivos, tal qual fez Canclini (2007). Quem migra é aquele que se vê despossuído de mecanismos de sobrevivência em sua terra de origem: são forçados a deixar tudo para trás e tentar uma outra vida a partir de um projeto migratório, muitas vezes gestado durante anos. Segundo Bauman, numa condição muito mais desesperadora estão os refugiados que,

São expulsos à força ou obrigados pelo medo a fugirem de seus países de origem, mas sua entrada em qualquer outro é recusada. Eles não mudam de lugar - perdem seu lugar na terra e são catapultados para lugar nenhum, para os "non-lieux" de Auge ou as "nowherewilles" de Garreau, ou amontoados nas "Narrenschiffen" de Foucault, um "lugar sem lugar" levado pela correnteza, "que existe por si mesmo, que é fechado em si mesmo e, ao mesmo tempo, entregue à infinitude do oceano" - ou (como sugere Michel Agier) para um deserto, por definição uma terra desabitada, que se ressent dos seres humanos e raramente é por eles visitada (BAUMAN, 2007, p. 50-51).

Os refugiados são o ápice dessa estrutura desigual com a qual o

capitalismo modela as sociedades. Eles deixam suas terras, mas são preteridos aonde tentam chegar e assim empurrados para lugar algum, rejeitados pelo medo do estrangeiro, da diferença, do outro; pelo medo da “desestabilização” social, econômica e cultural que a presença do outro pode causar (BAUMAN, 2009). Apesar dos fechamentos, das fronteiras fortemente vigiadas e das legislações anti-imigração, migrantes e refugiados precisam seguir adiante, mesmo que parem em lugar nenhum, em um não-lugar (AUGÉ, 2006). É o mandamento da busca por uma mudança de vida, por um lugar ao sol. Os migrantes seguem em busca de sonhos, de liberdades e oportunidades numa terra cuja língua e cultura são muitas vezes barreiras impostas à sua permanência integral na sociedade de destino. Por outro lado, esse movimento de seguir indefinidamente gera o que Bauman (2013) chama de “modelo camaleão”, ou seja, um múltiplo pertencimento identitário a partir dos múltiplos deslocamentos que, em análise, pode gerar o efeito contrário: o sentimento de pertencer a lugar nenhum.

Frise-se que um dos pontos centrais do imperativo de “seguir em frente” está na contribuição das forças do mercado como um dos agentes promotores das migrações já que, antes das pessoas, migram-se capitais, bens e postos de trabalho. Dessa forma, os que conseguem reunir alguma condição para migrar saem em direção a esses postos de trabalho, incluindo os precarizados. O capital não se importa com a consequência que esses deslocamentos trazem para sociedades de origem e destino, porque o mais importante é maximizar o lucro e, quando os migrantes já não são mais necessários, descarta-os, como se fossem mercadorias, embora seja impossível voltar atrás quando se trata de vidas humanas. Sayad (1998) descreve com clareza o que aconteceu na França pós-Segunda Guerra e de como a mão de obra argelina supriu as necessidades econômica do Estado francês. Todavia, com a chegada da crise econômica, a primeira medida a ser pensada foi descartar o elemento estrangeiro. Disto depreende-se que capitais e pessoas migram, respectivamente nessa ordem.

Para tantos fluxos migratórios, há outras tantas respostas contrárias e favoráveis. Dentre as primeiras, frisamos as políticas de bloqueio; caça aos indocumentados, como acontece atualmente nos Estados Unidos do presidente Donald Trump, pelo menos no plano do discurso; recriação de fronteiras, como é o caso de algumas iniciativas para fazer cair a livre circulação no Espaço Schengen²; revalorização de culturas e identidades substancializadas. Quanto às

² “O espaço e a cooperação Schengen assentam no Acordo Schengen de 1985. O espaço Schengen representa um território no qual a livre circulação das pessoas é garantida. Os Estados signatários do acordo aboliram as fronteiras internas a favor de uma fronteira externa única. Foram adoptados procedimentos e regras comuns no espaço Schengen em matéria de vistos para

segundas frisem-se políticas de acolhimento, integração e descriminalização da migração, a exemplo do Canadá.

Como ícone da era global, a migração simboliza a fluidez, o desenraizamento e o descentramento necessários na cultura do capitalismo. Não importa muito para onde se vai, mas que se continue seguindo em frente. No plano financeiro-econômico isso acontece com uma velocidade e uma relativa aceitação, o que se pode constatar a partir da crescente transnacionalização e fusão de empresas, tornando-as parte de um sistema econômico global. Isso não ocorre, no entanto, com as massas de migrantes e refugiados que, com frequência, veem o seu direito à migração ser reduzido a uma simples concessão da sociedade receptora, alojando-as em “sociedades provisórias”. Como afirma Bauman, do ponto de vista teórico, e acrescente-se o ponto de vista legal, as relações culturais – neste artigo, a relação migrantes-sociedade de destino – tomam uma forma mais horizontalizada, ou seja, com uma consciência de que é necessária uma distribuição mais equitativa de poder, acolhendo as diferenças e diminuindo/eliminando as desigualdades (BAUMAN, 2013). Contudo, no plano da *práxis*, não é isso que se vê constantemente. As fortes oposições sociais e legais continuam, mesmo num continente como o europeu, tomado por imigrantes de diversas partes do mundo, ou como nos Estados Unidos, cuja nação foi formada por vários grupos imigrantes, incluindo europeus que viram no Novo Mundo uma terra para recomeçar.

A migração não só é ícone da era global como também parte da modernidade e do processo modernizador. Nas palavras de Bauman,

A migração em massa, ou migração de pessoas (em oposição à migração de povos, como ocorreu no início da Idade Média), foi parte integrante da modernidade e da modernização; foi seu modo de vida, permanentemente e desde o início (BAUMAN, 2013, p. 26).

O crescimento e o desenvolvimento econômicos, frutos do processo modernizador, geraram grandes massas de migrantes encarados como mão de obra necessária no além-mar, empurrados dos seus lugares de origem. Os primórdios das migrações como fenômeno global têm muitos aspectos em

estadas de curta duração, pedidos de asilos e controlos nas fronteiras externas”. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=LEGISSUM:l33020>>. Acesso em: 01 fev 2018.

comum com o estágio atual dos fluxos migratórios. Assim, não se pode entender sua configuração atual sem recorrer a seu passado, que constituiu várias nações ao redor mundo.

Migrações internacionais contemporâneas: transversalidades e interseções

Inicialmente destaquem-se três fases das migrações modernas. Na primeira fase, elas se deram em massa a partir da Europa no século XIX e nas primeiras décadas do século XX, sobretudo de imigrantes que fugiram da fome e, posteriormente, das guerras. Na segunda fase, as migrações ocorreram a partir dos processos de descolonização, o que levou muitos contingentes das ex-colônias para as ex-metrópoles. A terceira e última fase ocorreu com as “diásporas e redistribuição global de recursos vivos” e multidirecionais, para os quais os caminhos são abertos e reabertos indefinidamente (BAUMAN, 2013, p. 27). Nessa última fase, nenhum país ou região é exclusivamente de imigração ou emigração:

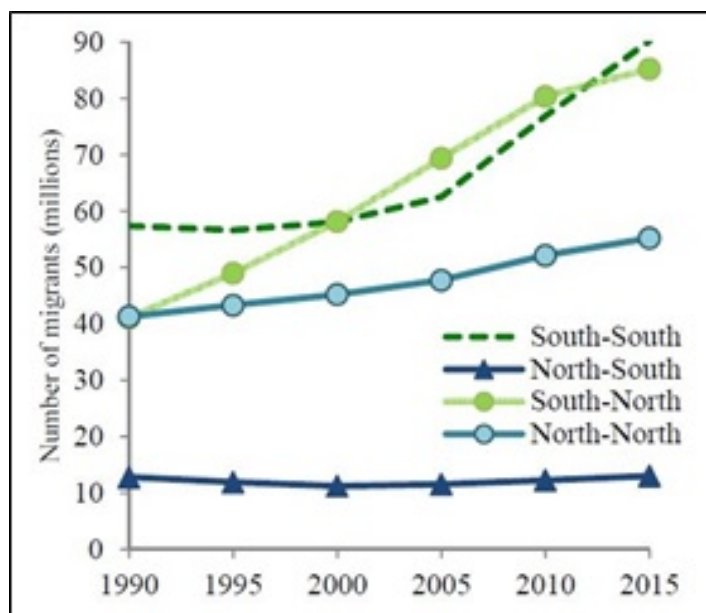
A migração atual difere das fases anteriores na equidade dos muitos caminhos possíveis – e no fato de que quase nenhum país é hoje exclusivamente um lugar de imigração ou de emigração. Não mais determinados de forma inequívoca pela herança do passado imperial/colonial, os caminhos da migração são abertos e reabertos ad hoc (BAUMAN, 2013, p. 27).

Contudo, semelhantemente à era das migrações em massa do século XIX e primeiras décadas do século XX, continuamos a ver grandes contingentes de pessoas em movimento nos últimos trinta anos. Dados do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da Organização das Nações Unidas apontam um crescimento de 60% no número de migrantes internacionais entre 1990 e 2015. De 152.6 milhões, saltou-se para 243.7 milhões de pessoas vivendo fora do seu lugar de origem, dos quais 61% vivem em regiões desenvolvidas e 39% em regiões em desenvolvimento (DESA, 2015). Fazendo uma comparação em relação ao período das chamadas grandes migrações antes da Primeira Guerra Mundial, poderia-se concluir que os números continuam expressivos, sendo possível fazer uma aproximação entre eles (CASTLES; MILLER, 2004, p. 15).

Isso sem contabilizar os migrantes indocumentados que não foram incluídos pelas estatísticas atuais da ONU, fazendo com que esse número possa ser muito maior que os atuais 243 milhões.

Se em termos numéricos há uma aproximação entre passado e presente, com relação à origem e ao destino dos fluxos, observa-se algumas alterações. Uma das principais diferenças está na mudança da direção dos fluxos. No século XIX e na primeira metade do século XX houve um fluxo expressivo da Europa para América e Oceania. Já na segunda metade do século passado ocorreram movimentos significativos em direção ao norte global a partir dos processos de descolonização e das crises econômicas no sul subdesenvolvido. Entratanto, atualmente se tem uma multidirecionalidade dos fluxos, com predominância sul-norte e sul-sul, como observado no gráfico abaixo:

FIGURA 01 – Número de migrantes internacionais (origem e destino)



Fonte: ONU. Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, 2015.

Os dados mostram que houve um salto de pouco menos de 60 milhões para 90 milhões de imigrantes que se deslocaram na direção sul-sul em 25 anos, um acréscimo de mais de 50% do *stock* da década de 1990. Destaquem-se as migrações no interior do continente asiático, as quais se apresentam como um fenômeno de larga escala e de importância econômica e social. Em 2015, 59

milhões de pessoas nascidas no continente estavam vivendo em outro país da região, fazendo da Ásia um grande corredor migratório com um incremento anual de 1,6 milhão de imigrantes entre 2010 e 2015 (DESA, 2015, p. 03).

Diferentemente das migrações do século XIX e dos primeiros anos do século passado, quem migra não sai em direção a uma terra totalmente estranha. A cultura do capitalismo possibilita uma série de mecanismos para que o imigrante busque informações, ainda que incompletas, para o êxito do seu projeto migratório: notícias sobre oportunidades e mercado de trabalho, legislação e instalação na sociedade de destino. Essas conexões existiam no passado, mas hoje são muito mais rápidas e frequentes com o acelerado desenvolvimento das comunicações e dos transportes.

Na esteira do desenvolvimento das comunicações e dos transportes está a abordagem transnacional das migrações, a qual afirma que o migrante transnacional é aquele cujo cotidiano perpassa múltiplas conexões, cujas identidades são demarcadas em mais de um Estado-nação e seus enraizamentos em mais de uma sociedade (SHILLER, BASCH; BLANK, 1995). Ainda segundo as proposições transnacional, é possível ser transnacional sem sequer sair de seu lugar de origem já que cada vez mais os pertencimentos dão lugar às redes de conexão, fazendo com que estar aqui e lá se imbriquem processualmente; origem e destino fazem parte do mesmo processo (LEVITT, 2007; BAUMAN, 2013). Os sucessivos cruzamentos geográficos, culturais e políticos dão uma forma circular à migração internacional (TARRIUS, 1993).

Nesse sentido, é necessário superar os paradigmas anteriores à década de 1990, período em que o imigrante era pensado sob a ótica do trabalho. A cultura do capitalismo e os processos sociais que constituem as sociedades sob sua égide estimulam avanços em direção a novos paradigmas teóricos, superando a visão economicista das migrações. No Brasil, esse movimento foi muito forte até o final dos anos oitenta, como demonstrou Seyferth (2004) numa extensa revisão bibliográfica sobre o tema. Em tempos de hiperconexões e mobilidades crescentes, não é suficiente abordar o tema da migração apenas a partir do trabalho e, portanto, é necessário gerar perspectivas que incluam gênero, raça/etnia, religião, legislação, orientação sexual e outros componentes sociais do processo migratório. Trata-se de recortes transversais e interseccionais, que, por exemplo, podem interseccionar gênero, raça e trabalho vistos como unidades indissociáveis dentro da perspectiva de alguns estudos feministas, os quais têm sido retomados no Brasil e na França (HIRATA, 2014). Desse modo, podem-se abordar as questões de construção social de

determinadas categorias, tal qual a categoria imigrante, a partir de várias fontes de identidade, como muitos autores têm feito no campo das ciências sociais (ENNES, 2001; WEBER, 2006; YANG, 2011; VÉRAS, 2008).

Embora Sayad (1998) esteja incluído numa visão mais tradicional sobre a imigração, menciona ainda nos anos de 1970 que a imigração deve ser compreendida como um “fato social total”, ou seja, estar aqui e lá são parte do mesmo fenômeno e, some-se a isso, com diversas variáveis a serem consideradas para sua compreensão e análise empírica. Além disso, ao se considerarem variáveis como as mencionadas nas linhas anteriores, trazem-se mais explicitamente questões de poder, diferenças, desigualdades e conflitos, que são inerentes ao mundo social, mas que às vezes são intencionalmente deixadas de lado por parte dos atores sociais no processo migratório.

Portanto, os dados estatísticos mostram que, além dos bens e mensagens, as pessoas continuam a migrar, mas com uma velocidade muito maior que no passado. Outras nem chegam a migrar, são transnacionais a partir de sua inserção no fato social total que é a migração, estar aqui e lá fazem parte do mesmo processo que deve ser olhado e compreendido a partir de múltiplas variáveis que se interseccionam para formar uma lupa pela qual se analisa a migração e o construir-se imigrante. Sem esse olhar ampliado, talvez deixe-se de lado, assim como fazem alguns atores sociais, questões importantes para o debate: poder, diferença e desigualdade.

A cultura do capitalismo e as possibilidades para uma resposta intercultural às migrações internacionais

Em determinado momento histórico pensou-se que o capitalismo só homogeneizava as culturas e as identidades, mas a partir de análises mais recentes sobre globalização, constatou-se que o capitalismo não só tende a homogeneizá-las como também promove a revalorização de diferenças para continuar sobrevivendo enquanto sistema econômico e social. Cita-se a homogeneização do cinema mundial a partir das produções *hollywoodianas* e a crescente valorização da música latina no mercado fonográfico americano, quiçá mundial, como representantes desses dois movimentos (CANCLINI, 2007). Os movimentos homogeneizadores e de diferenciação propostos pela cultura capitalista são também “jaulas de ferro” àqueles que estão inseridos em seus circuitos.

Concernente às migrações internacionais é possível observar os dois movimentos, um no plano normativo e outro no plano do cotidiano. As políticas de integração de imigrantes mundo afora frequentemente desembocam numa integração para homogeneizar. Por exemplo, o ensino do idioma local para crianças e jovens, o que marginaliza o idioma de origem, tratando-se de uma assimilação/aculturação disfarçada. Por outro lado, muitas políticas de valorização de diferenças culturais por parte de imigrantes e nacionais terminam em segregação e guetização dos grupos existentes em um mesmo país, cidade ou região. A cultura serve aqui como fortaleza, mais uma vez temendo o estranho, representado na figura do imigrante, que, por outro, lado também tem a intenção de reivindicar sua cultura (BAUMAN, 2013). Esses enclausuramentos comunitários foram promovidos com a resposta multiculturalista à diferença, que primava pelo direito desta, mas em círculos bastante delimitados em bairros e subúrbios étnicos/nacionais.

Quais são as alternativas à homogeneização e à valorização da diferenciação cultural que sustentam políticas de aculturação e guetização, respectivamente? Com o crescimento progressivo dos fluxos migratórios, desta vez multidirecionais, redes de conexões diversas e cada vez mais complexas, ainda é possível falar em pertencimentos substancializados e fortalezas culturais? Que outros modos de sociabilidades e valores são possíveis numa sociedade capitalista? Como pensar nossa relação com o outro num mundo cada vez mais hiperconectado, por um lado, e, por outro, mais reticente com imigrantes e refugiados? Não se pretende responder todas essas questões nas linhas seguintes, mas se apresenta uma possibilidade de pensar nossa relação com o outro. Vejamos o que diz Canclini:

*De um mundo **multicultural** – justaposição de etnias ou grupos em uma cidade ou nação – passamos a outro, **intercultural** e globalizado. Sob concepções multiculturais, admite-se a **diversidade** de culturas, sublinhando sua diferença e propondo políticas relativas de respeito, que frequentemente reforçam a segregação. Em contrapartida, a interculturalidade remete a confrontação e ao entrelaçamento, àquilo que sucede quando os grupos entram em relações e trocas. Ambos os termos implicam dois modos de produção do social: **multiculturalidade** supõe aceitação do heterogêneo; **interculturalidade** implica que os diferentes são o que são, em relações de negociação, conflito e empréstimos recíprocos [grifo do autor] (CANCLINI, 2007, p. 17).*

Uma das alternativas aos modos homogeneizador e segregador de produzir o social é a interculturalidade. Nessa perspectiva é possível pensar as diferenças entre os grupos (imigrantes e não-imigrantes), mas a partir de relações de negociação, conflitos e sucessivos empréstimos culturais recíprocos, numa combinação do que fora combinado anteriormente. É infrutífero continuar essencializando as categorias “eu”, “outro”, “imigrante” e “não-imigrante”; essas essencializações geram mais homogeneizações, segregações e também desigualdades. Pensar e viver interculturalmente é não só ensinar o português ao imigrante que vê no Brasil um lugar de oportunidades, mas aprender e valorizar a língua deste como ferramenta de construção de uma convivência comunitária que diminua as desigualdades entre os grupos. Estados e sociedades devem assumir mais responsabilidades na construção de pontos de aproximação entre as diferentes culturas e os distintos modos de vida (FORNET-BETANCOURT, 2004). Todavia, a perspectiva intercultural não elimina os conflitos, as confrontações e as negações, pelo contrário, evidencia-os como elementos constituintes das relações sociais.

Em suma, as sociabilidades das sociedades capitalistas têm forte tendência à homogeneização e à valorização das diferenças, dependendo do contexto do objetivo que se pretende, seja econômico, político ou social. Contudo, é necessário avançar em direção a caminhos que promovam a convivência entre os distintos grupos integrantes do processo migratório, com uma clara posição de trocas e empréstimos recíprocos mas também de conflitos e negociação desses empréstimos. Essa é uma das possibilidades para não incorrer numa nova cruzada civilizatória, quando a cultura europeia tornou-se item de exportação para diversas partes do mundo que eram consideradas aculturadas.

Considerações finais

A cultura como valores e práticas é um dos conceitos que pode ser usado para entender a maneira como o capitalismo organiza as sociedades, constrói sociabilidades e aborda problemas sociais como as migrações internacionais contemporâneas. Falar em cultura do capitalismo é trazer à tona as novas “jaulas de ferro” que resultam das organizações sociais, econômicas e políticas pelas quais atravessa o capitalismo contemporâneo (SENNET, 2006). A própria

migração parece ser mais uma “jaula de ferro”, quando algumas dessas pessoas decidem seguir em frente, mas são catapultadas para lugar algum; sem serem recebidas na sociedade de destino escolhida, estão num “não-lugar” migratório (BAUMAN, 2007). No entanto, esse é o imperativo da cultura do capitalismo contemporâneo, “seguir em frente”, e assim bens, mensagens e capitais podem circular muito mais livremente do que pessoas, embora o capitalismo necessite maximizar sua força através do uso de mão de obra barata e abundante, mesmo nos países centrais.

Os fluxos migratórios contemporâneos continuam expressivos visto que são mais de 240 milhões de pessoas vivendo fora do seu lugar de origem. Entretanto, diferentemente do passado das migrações nos séculos XIX e XX, esses fluxos geram cada vez mais conexões transnacionais que devem ser analisadas sob um olhar transversal e interseccional. O imigrante não é somente trabalhador, embora o trabalho e o econômico tenham um relativo peso na construção dessa categoria. É preciso seguir com análises que cruzem outras fontes de identidade, como gênero, sexualidade, religião, legislação, entre outras que permitam compreender a migração como um fato social total, onde estar aqui e lá fazem parte do mesmo processo.

Por fim, é necessário romper com uma cultura que homogeneiza os grupos a partir de políticas de integração que “obriga” os migrantes a aprenderem a língua e a cultura da sociedade de destino, sem qualquer contrapartida desta com relação ao aprendizado da língua e da cultura da sociedade de origem desses imigrantes. Também se faz necessário romper com a cultura que valoriza as identidades imigrantes a tal ponto de criar guetos e enclausuramentos como algumas políticas multiculturais presentes em alguns países. O discurso do direito à diferença torna-se muitas vezes segregacionista. Avancemos em direção a uma perspectiva de sociedade intercultural como prática cotidiana e de instâncias políticas que entenda que homogeneizar ou valorizar as diferenças traz perda da riqueza que está nos cruzamentos culturais, levando em consideração negociações, conflitos e resistências às combinações. Deve ser encarada como um processo, menos como um substantivo e mais como um verbo de ação e, portanto, é preciso começar o mais rápido possível (WALSH, 2005).

Referências

AUGÉ, Marc. **Não-lugares:** introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

_____. Viver com estrangeiros. In: _____. **Confiança e medo na cidade**. Jorge Zahar. Rio de Janeiro, 2009.

_____. **A cultura no mundo líquido moderno**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.

CANCLINI, Nestor García. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

_____. **Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2007.

CASTLES, Stephen; MILLER, Mark. **La era de la migración**. Movimientos internacionales de población en el mundo moderno. Universidad Autónoma de Zacatecas, Miquel Ángel Porrúa Librero-Editor, 2004.

CUCHE, Deny. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: Ed. EDUSC, 1997.

DESA. Department of Economic and Social Affairs. International Migration Report 2015. ONU: New York, 2015.

ENNES, Marcelo Alario. **A construção de uma identidade inacabada: nipo-brasileiros no interior do Estado de São Paulo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

FORNET-BETANCOURT, Raul. **Reflexiones de Raúl Fornet-Betancourt sobre el concepto de interculturalidad**. Disponível em: <<http://eib.sep.gob.mx/isbn/9685927030.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2017.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, jan./jun, 2014.

HOBBSBAWM, E. **Tempos fraturados**. Cultura e sociedade no século XX. São Paulo? Companhia das Letras, 2013.

LEVITT, Peggy. **God Needs No Passport: How Immigrants are Changing the American Religious Landscape**. New York: New Press, 2007.

LIPOVETSKY, Gilles; CHARLES, Sébastien. **Os Tempos Hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla, 2004.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da Alteridade**. Edusp: São Paulo, 1998

SCHILLER, Nina Glick; BASCH, Linda; BLANC, Cristina Szanton Blanc. From Immigrant to Transmigrant: Theorizing Transnational Migration. *Anthropological Quarterly*, n. 68:1, 1995, p.48-63.

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SEYFERTH, Giralda. Imigração no Brasil: comentário sobre a Contribuição das Ciências Sociais. *BIB*, São Paulo, n. 57, 1º semestre de 2004, p. 7 – 48.

TARRIUS, Alain. Territoires circulatoires et espaces urbains : Différentiation des groupes migrants. *Les Annales de la recherche urbaine*, n. 59-60, 1993. *Mobilités*, p. 51-60.

TOURAINÉ, Alain. **Un nuevo paradigma**: para comprender el mundo de hoy. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2006.

_____. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 2012.

VASAPOLLO, Luciano. **O trabalho atípico e a precariedade**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

VÉRAS, Daniel Bicudo. **As diásporas chinesas e o Brasil: a comunidade sino-brasileira em São Paulo**. Tese (Doutorado). Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

WALSH, Catherine. *La interculturalidad en la Educación*. DEBI: Lima, 2005.

WEBER, Regina. Imigração e identidade étnica. *Dimensões*, n. 8, p. 236-250, 2006.

YANG, Eun Mi. **A “Geração 1.5” dos coreanos em São Paulo: identidade, alteridade e educação**. 2011. 506f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade de São Paulo, 2011.

The culture of capitalism and contemporary international migrations

ABSTRACT

This paper has as main objective to reflect on the relation between the culture of the present capitalism and the international migratory flows contemporary. The latter became an icon of the global era, an era of decentering, fluidity, and fractured times. Moving forward is the great imperative of our times, but what are the responses that the culture of capitalism, as a set of values and practices of a given society, gives to the growing number of migrants and refugees around the world? On the one hand, the homogenization of crops; on the other, an appreciation of the latter, leading to spatial and cultural ghettoization. As an alternative, interculturality can be a theoretical key to understanding the production of the cultural diversity produced by migration, but also as a daily praxis in the relationship between the actors and social groups involved in the

migration process.

Keywords: Capitalism, culture, international migration, interculturality.